

## Os Desafios da Globalização na Rota dos Marginais

Carlos Lopes<sup>1</sup>  
Sociólogo, Guiné-Bissau  
PNUD, Nova York

Estimado Professor Candido Mendes, figura ímpar da escolaridade latino-americana,  
Prestigiada Embaixadora Graciela de La Lama,  
Caros Participantes, Amigos e Colegas,

Faz dezessete anos esta mesma Universidade casou dois projectos académicos invulgares. Refiro-me à organização de um Congresso da ALADAA e ao Primeiro Colóquio da Afro-Latinidade. Quando na altura, ainda mais jovem, participei desses dois simultâneos eventos tive a oportunidade de descobrir uma fraternidade de interesses que agora me ligam à assembléia aqui reunida. Para mim, desembarcando pela primeira vez no Rio de Janeiro, numa delegação da Guiné Bissau, nada me faria suspeitar a existência de uma comunidade de estudiosos tão dedicados a compreender os outros dois pilares da tricontinentalidade. Muito menos podia eu suspeitar que volvidos dezessete anos receberia mesmo a distinção máxima brasileira para estrangeiros, a Ordem do Cruzeiro do Sul, com o louvor de ter contribuído para as relações entre o Brasil e a África. Na realidade, esta é apenas a minha segunda distinção de Estado, sendo a primeira oferecida pelo México por ter aprofundado as relações entre aquele país tão querido e o meu continente.

Entendem pois, porque me sinto em casa, como filho da ideia matriz do Professor Candido Mendes, quando desafiou os poderes estabelecidos, como gosta de fazer, para entenderem a Afro-Latinidade.

Mas o convite de hoje se prende também ao tema deste Congresso: “Cultura, poder e tecnologia: a África e Ásia face à globalização”. Um tema mais do que adequado para se começar a perceber a idiossincracia das transformações em que todos estamos mergulhados.

Gostaria de começar esta Conferência com uma analogia relevante. Trata-se de um homem (ou mulher) perdido numa savana africana e que, de repente, se dá conta que não sabe como voltar a terreno conhecido. Lembra-se dos ensinamentos que lhe ofereceram: como se orientar pelo vento, pegadas de animais, direcção do sol, até com a bússola que trazia no bolso. Lembra-se que não pode entrar em pânico, que cada animal tem a sua psicologia e ele até foi informado das diferenças de tratamento. Lembra-se também que onde há água, normalmente há mais perigo. O nosso símbolo lembra-se de tudo o que deveria mas, ... mas ninguém lhe explicou o que fazer quando o vento de uma pré-trovoada gira como um sifão, as pegadas perderam-se no meio da palha, o sol está ofuscado, a bússola anda tonta, os animais gritam de medo eles mesmos (ou é ele que já ouviu a mais) e não tem culpa de estar ao lado de um lago.

É fácil pedir que não se entre em pânico quando as nossas referências estão esgotadas ou irrelevantes. O mundo em que vivemos está um pouco como esta savana num dia de chuva, e nós, quase todos, parecemo-nos muito a este cidadão perdido.

O século é novo, as referências também têm que mudar, mas as transformações provocadas pelo que se convenciou chamar de globalização, são apenas a continuação do desenvolvimento de situações e contradições anteriores. Não vos vou cansar com a repetição de que a escravatura foi uma forma de globalização e que a descoberta da pólvora e das armas de fogo mudou tanto as relações de poder como a invenção do *microchip*. Nesta assembleia esses são factos conhecidos e o que importa trazer à discussão são novos parâmetros de um debate que, apesar de tudo, é bastante insatisfatório.

As demonstrações em Seattle, Washington DC e, mais recentemente, em Praga, marcam a actualidade. Grupos disparates reúnem-se em cadeias humanas para contestar a ordem estabelecida. E identificam sem equívocos os seus adversários: as instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio.

Há pelo menos duas lições a retirar destas manifestações:

- a primeira é a de que estes grupos conseguiram na rua o que muitas lutas de poder mais bem estruturadas, com apoio de Estados e conglomerados vários, não conseguiram. Conseguiram um recuo das teses mais liberais que propunham um avanço da globalização, baseando-se apenas no acesso aos mercados e numa redução da regulação. Conseguiram também, pela primeira vez, que a eliminação da dívida dos países pobres passasse a primeiro plano, na luta contra as desigualdades e polarização provocadas pela mesma globalização;
- a segunda lição é que não existe uma estrutura central de coordenação destes grupos que, no fundo, congregam interesses contraditórios. Poucos os conhecem, não foram eleitos, até nem são muitos à escala dos acontecimentos, e usam métodos pacíficos.

Sem necessariamente nos darmos conta, estes acontecimentos são o reflexo de outras lutas muito semelhantes, que não adquirem a mesma proeminência por se desenrolarem apenas à escala de um país ou sub-região.

Neste princípio de século a tolerância das pessoas para com regimes e sistemas que não representam os seus interesses diminuiu espectacularmente. A intolerância pelos poderes de hoje é tanto mais estranha, à primeira vista, porque se reclama que nunca tantas pessoas viveram em democracia, nunca se fizeram tantas eleições, desapareceram os regimes monárquicos absolutos que, ainda no princípio do outro século, dominavam partes importantes do planeta, o conhecimento e entendimento dos direitos humanos e desígnios ecológicos é quase universal, as guerras entre países são coisa rara e quase inverossímil.

A verdade é que, nós todos, estamos assaltados por “dúvidas globais” que se contrapõem à “verdades globais”. São essas dúvidas globais que estão por detrás das uniões de Seattle, Washington DC e Praga. Mas, também, justificam as lutas de Jakarta, Harare, Abidjan e Lima. Por isso, sejam os protagonistas poucos e desorganizados, não deixam de representar a face visível de um iceberg de descontentamento.

A nova cidadania procura alianças que mostrem que os valores humanos não estão a ser postos em causa por causa da globalização e suas manifestações adjacentes, como a aparente democracia. Hoje em dia, os movimentos cidadãos são cada vez mais fortes e exigem respostas às “dúvidas globais”.

Quais são, então, essas dúvidas que nos tormentam?

Muitas. Mas eu gostaria de explicar apenas em três registos: desenvolvimento tecnológico; economia do conhecimento e segurança humana.

### **Desenvolvimento Tecnológico**

Porque é que a Finlândia, a Irlanda e Bangalore são os campeões das novas tecnologias?

São pontos geográficos muito diferentes, sobre qualquer ângulo de análise. E os três, dez anos atrás, estavam a viver uma crise económica sem precedentes. Ainda não se tem resposta para esta pergunta difícil. Depois do Banco Mundial ter apregoado as características do milagre asiático (referindo-se na realidade apenas aos tigres do Sudeste Asiático), a região viveu um estrondoso declínio. No entanto, entre estes, os países que seguiram mais de perto as receitas de Washington DC estão a demorar mais tempo a levantar a cadeira do que os resistentes da então consensual resposta à crise, como a Malásia, Singapura ou Hong Kong. Mas a lição dos diagnósticos e explicações fáceis foi registada e existe mais cautela em propagandear os desígnios do sucesso. Daí a reserva em relação a respostas fáceis.

Mas voltando à Finlândia, Irlanda e Bangalore, o mais notável é estarmos em presença de economias que desobedecem às teorias bem elaboradas de crescimento e que, graças à ingenuidade e criatividade, catapultam-se para primeiro plano. Uma empresa como a Nokia já tem uma capitalização igual à de vários Estados brasileiros e Bangalore já produz mais software que a França e a Inglaterra juntas. Quanto à Irlanda, tem somente o crescimento mais rápido da União Europeia.

O acesso às novas tecnologias é mais linear do que parece. A ideia de que se podem saltar etapas é, de facto possível, como se demonstra todos os dias nos mercados bolsistas. Mas existe ainda uma grande limitação: a segurança dos intercâmbios faz com que toda a mais-valia financeira, no fundo o resultado destes ganhos, fuja para porto seguro, onde encontram sistemas legais, segurança e protecção, incompatíveis com infra-estruturas pouco desenvolvidas e regimes políticos instáveis. Hoje em dia quanto mais estável o país (no sentido de previsível, não necessariamente democrático) mais a atracção do grande capital para aí se aconchegar.

Nunca, em nenhum outro momento da História da humanidade, os desenvolvimentos tecnológicos permitiram responder tão fortemente a praticamente todos os flagelos da humanidade. Os conhecimentos científicos e técnicos da informática à genética, da biotecnologia à física quântica, permitem uma capacidade de multiplicação que aproxima o

quantitativo do qualitativo, como nunca antes. Este fenómeno obriga-nos a matematizar os nossos argumentos de uma forma impensável ainda há poucos anos atrás e, obviamente, acelera a velocidade de todas as operações, das mais simples (como consultar o correio electrónico na aerogare de um aeroporto) às mais complexas (como estabelecer o genoma humano).

Mas, paradoxalmente, os debates de políticas sobre tecnologia não se interessam pelas relações entre tecnologia e desenvolvimento humano, nem nos factores que determinam a distribuição do acesso, incentivos e investimentos. Não é, pois, de estranhar que a maioria não beneficie destes imensos progressos e que as mais-valias acumuladas permitam que os três homens mais ricos do planeta, tenham o mesmo rendimento que o conjunto dos 240 milhões vivendo nos países menos desenvolvidos.

Há sinais perturbadores de gestão de políticas: países desenvolvidos levantando barreiras sobre a propriedade intelectual, declínio de recursos públicos para investigação e desenvolvimento, prioridades de investigação afastando-se das necessidades dos mais pobres (nomeadamente no domínio da saúde), falta de protecção dos conhecimentos das populações indígenas, filantropia sendo chamada para substituir obrigações públicas. As novas tecnologias estão a modificar consideravelmente as interacções globais na esfera económica, social e política, criando novas divisões e tensões, nomeadamente em termos de:

- Espaço – soberania de terras e instituições versus mercados e meios globais;
- Tempo – velocidade de mudanças tecnológicas versus regulação lenta e morosa;
- Ética e valores – novas preocupações com privacidade e transparência versus desafios de universalização cultural e propriedade intelectual.

O impacto destes câmbios é massivo e contribui para fortalecer novas formas de produção, cadeias de abastecimento, normas de comércio, papel das transnacionais, relevância de conteúdos educativos, competitividade de mercados, produtividade dos empregos e, obviamente, redefinição da noção de vantagens comparativas.

Se continuarmos espantados com os progressos tecnológicos, e nos esquecermos que a tecnologia tem sempre atrelada uma nova forma desigual de distribuir o poder e a riqueza, vamo-nos deixar embrulhar na ideia de que o mercado resolverá tudo. Para que a tecnologia responda às necessidades de desenvolvimento humano – definido como a abertura de escolhas que permita uma ampla e equitativa distribuição de possibilidades, que não comprometa o futuro de gerações vindouras – então temos de lutar para que políticas de preços, subsídios, e fiscalidade protejam os mais vulneráveis e corrijam os erros de um mercado que, pela sua lógica intrínseca, vai conquistar assimetricamente os progressos tecnológicos.

### **Economia do conhecimento**

Já quase ninguém tem dúvidas sobre o facto que a humanidade vive uma nova revolução tecnológica, com consequências superiores à revolução industrial. Também todos sabemos

da instabilidade do momento, que nos relembra a analogia do homem perdido na savana. Esta revolução baseia-se na economia do conhecimento que, por sua vez, determina a necessidade de uma nova aproximação a forma como gerimos o conhecimento, ou *Knowledge Management*.

Quando a Microsoft produz Windows 2000, o valor de conceber o programa é o fim da produção do conhecimento, mas a venda de diskettes ou licenças com o mesmo programa é o princípio da produção de tipo industrial. A primeira tem uma mais-valia muito superior ao custo de produzir tanto o hardware como as diskettes, e ainda menos as licenças. A primeira nem se quer pode ser controlada com os mecanismos tradicionais de comércio, desde o aparato legal ao comissário de alfândega, enquanto que a segunda ainda passa por esses canais. A desproporção entre a economia do conhecimento e as formas tradicionais de produção é tal, que uma companhia como a Cisco, que opera aparelhos de busca e suporte da Internet, em apenas dez anos de existência passou a primeiro conglomerado da economia mais poderosa do mundo, sem o cidadão comum se aperceber da sua existência.

Paradoxalmente, estes desenvolvimentos demonstram a necessidade de uma localização dos conhecimentos, como se a auto-estrada que serve de protecção aos intercâmbios não pudesse funcionar sem uma multitude de pequenas estradas que dêem acesso ao estradão. Nenhum carro poderia entrar se não houvessem pequenas vias de acesso. Hoje já se reconhece que:

- a complexidade das sociedades humanas requer uma localização parcial do conhecimento;
- o conhecimento prático é um conhecimento tácito que precisa de ser aprendido de uma forma horizontal, com intercâmbios, face a face e experiência directa;
- cada sociedade, através das suas próprias instituições, tem de tomar a rédea da integração nos conhecimentos verticais oferecidos pela economia do conhecimento.

No fundo temos que fazer um *scanning* global e reinventar soluções locais. Não se pode fazer o *download* das características locais, pois elas são intrínsecas à forma como as sociedades vivem. O mito de que a globalização acarreta uma total perda de identidade é fácil de disqualificar. Mesmo quando as sociedades humanas utilizam os mesmos produtos, bens e serviços, fazem-no com uma componente local que, normalmente, é facilmente detectável. E, também nos esquecemos que os produtos de consumo que mais se espalham pelo globo são normalmente aqueles que têm o maior conteúdo global. Por exemplo, na esfera cultural, a primeira exportação dos Estados Unidos (muito acima da informática), a indústria cinematográfica de Hollywood, ou as diversões Disney estão sistematicamente a fazer um *scanning* global para ajustar os seus produtos em função dos mercados, vendendo mais internacionalmente, quando os conteúdos são mais globais. Também os restaurantes McDonalds na Tailândia ou na China agregam produtos locais ao menu, para já não falar de técnicas de marketing completamente diferentes.

As implicações do que antecede são várias. Na economia do conhecimento sobrevivem melhor os países e sociedades sofisticadas. Aquelas capazes de entender que a autarcia não é resposta aos desafios de hoje. Aquelas que sabem que mesmo quando se quer navegar

contra a maré, tem de se levar em conta as regras da nova economia, para, oportunisticamente se fôr caso disso, tirar partido da margem de manobra oferecida pelo pequeno bote ao lado do grande petroleiro. Exactamente o que fizeram a Finlândia, a Irlanda e Bangalore, ou antes destes os tigres do Sudeste asiático, e países como o Botswana ou as Maurícias.

### **Segurança humana**

As ameaças à estabilidade dos valores e das famílias tem a ver com as novas crises, desencadeadas pelas mudanças assinaladas. Hoje em dia os conflitos que ceifam vidas são mais de natureza interna do que externa. Epidemias como a SIDA (ou AIDS), novas formas de malária matam indiscriminadamente. Mas ainda mais desconcertante é a crise de autoridade que atravessa tudo e todos, pondo até em causa preceitos religiosos que nos serviram de referência durante tanto tempo. A reacção a tudo isto é a de uma crescente insegurança que leva a atitudes de defesa, contra as diferenças e o desconhecido, numa era em que a integração bem sucedida é vista como o privilégio de poucos.

É certo que existem já etnias e cidadanias baseadas em grupos de interesse globais. Mas também é certo que a localização das defesas é vista como uma forma de luta daqueles que são ou se consideram marginalizados. É uma resistência tanto mais opaca quanto se desenvolvem as assimetrias.

A designada comunidade internacional refugia-se no politicamente correcto, listando o número de cláusulas que se devem cumprir para se integrar uma cidadania global. Essas exigências, todas provavelmente com bastante mérito, tendem a ser tanto mais exaustivas quanto mais precário é o país. A enormidade da tarefa para os mais fracos acaba por assustar, e acelera tensões internas, despoletando conflitos, que por sua vez geram mais exigências, num circulo vicioso de pauperização e marginalização. Esta é a situação da maior parte dos países menos avançados da África e da Ásia.

A erosão do capital social no mundo é um fenómeno preocupante que gera hoje em dia um debate sobre a necessidade de utilizar os valores éticos e morais como referência primeira das políticas económicas e sociais. Apela também a uma melhor compreensão das necessidades de abraçar as ideias participativas de uma forma coerente. No fundo clama por um sistema político que não obrigue os marginalizados a uma política informal.

Só o acesso à tecnologia e à economia do conhecimento pelos marginalizados permitirá a realização universal dos direitos humanos. Quando se perde o emprego, a família e a identidade, perdem-se os direitos mais importantes. Quando não se tem acesso às oportunidades, limita-se a liberdade. Nada é mais importante do que garantir que as novas formas de segurança humana respondem a estes desígnios, não por caridade mas por obrigação. Esta constatação leva-nos, porém, à necessidade de uma regulação tão sofisticada quanto o momento em que vivemos.

O poder *soft* de regular através do comércio, cultura e democracia, em vez do *hard* através dos mísseis, mostrou os seus limites. Estas formas não parecem ser suficientes, mesmo quando complementares porque a arquitectura é deficiente. Há a necessidade de admitir que os mecanismos de mercado têm de funcionar num mundo de muitas instituições, adverte o Prémio Nobel de economia Amartya Sen. Segundo ele "a distribuição de poder no mundo depende directamente da pluralidade de instituições". Ou seja, essa pluralidade é a única

que vai permitir que o debate sobre a globalização não seja sobre a importância das novas tecnologias, ou eficiência dos mercados, mas sim sobre a desigualdade de poder.

Uma desigualdade para a qual há hoje menos tolerância do que nunca. Não só por causa dos marginalizados, mas porque é uma ameaça para a segurança humana.

Assim se compreende o que se passa em Seattle, Praga, Abidjan, Lima ou Jakarta. São manifestações de insegurança e de pujança ao mesmo tempo. Por enquanto ainda insuficientemente estruturadas, mas significativas das novas correntes de contestação.

O nosso homem da savana afinal não está só. Estamos nós todos com ele. E vamos todos dizer que a chuva que vem a caminho, tem de ser uma chuva de oportunidades.

- 
1. Conferência de abertura do X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos (ALADAA), Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2000.